

BALANÇO PATRIMONIAL			
Até o 2º Trimestre de 2017			
Ativo	Nota	Valores em R\$ mil	
		30/06/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		1.264.524	1.544.478
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		185.260	130.700
Aplicações Financeiras		1.111	1.299
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento		184.149	129.401
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	5	12.702	10.446
Clientes	5.1	12.702	10.446
DEMAIS CRÉD. E VAL. A CURTO PRAZO	6	262.172	271.863
Adiantamentos Concedidos	6.1	31.150	18.899
Adiantamentos a Pessoal		20.456	8.707
Adiantamentos a Unidades e Entidades		10.694	10.192
Tributos a Recuperar/Compensar	6.2	171.176	188.629
Créditos Tributários		172.754	190.207
(-)Ajustes Perdas Demais Créditos e Valores		(1.578)	(1.578)
Outros Créd. a Rec. e Valores a Curto Prazo	6.3	59.725	64.335
Créditos por Danos ao Patrimônio		121	0
Créd. Por Dano ao Patrim. Apurado em TCE Especial		121	0
ESTOQUES	7	804.372	1.131.441
Mercadorias para Revenda		559.857	816.988
Materiais em Trânsito		9.784	200
Almoxarifado e Estoques para Distribuição		1.662	1.900
Compra Antecipada - Entrega Futura		233.069	312.353
VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE		18	28
Prêmios de Seguros a Apropriar		3	0
Despesas Antecipadas		15	28
NÃO CIRCULANTE		1.010.351	963.744
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		731.045	678.803

Ativo	Nota	Valores em R\$ mil	
		30/06/2017	31/12/2016
Créditos a Longo Prazo	8	2.300	2.298
Clientes	8.1	2.300	2.298
Faturas/Duplic. a Receber - Prestação de Serviços		2.300	2.298
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	8.2	728.745	676.505
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros		2	6
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		187.423	130.178
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo		541.320	546.321
INVESTIMENTOS		28.951	34.182
Participações Permanentes		27.754	27.755
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		35.566	35.567
(-)Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	4.6	(7.812)	(7.812)
Propriedades para Investimento	8.3	0	4.605
Bens Imóveis não Destinados a Uso		0	4.850
(-)Depreciação Acum. Investimentos - Cons. Proprieda- de		0	(245)
Demais Investimentos Permanentes		1.197	1.822
Demais Investimentos Permanentes		1.197	1.822
IMOBILIZADO		248.208	249.014
Bens Móveis		26.077	26.093
Bens Móveis		109.213	105.839
(-)Depreciações		(83.136)	(79.746)
Bens Imóveis		222.131	222.921
Bens Imóveis		413.014	408.471
(-)Depreciações		(190.883)	(185.550)
INTANGÍVEL		2.147	1.745
TOTAL		2.274.875	2.508.222

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

Continua

BALANÇO PATRIMONIAL			
Até o 2º Trimestre de 2017			
Passivo	Nota	Valores em R\$ mil	
		30/06/2017	31/12/2016
CIRCULANTE	9	1.818.097	2.064.909
OBRIGAÇÕES TRAB. PREV. E ASSIT. A PAGAR	9.1	84.461	90.062
Pessoal a Pagar		56.296	59.807
Encargos Sociais a Pagar		28.165	30.255
OPERAÇÕES ESPECIAIS	9.2	1.111.899	1.395.829
Operações Especiais		1.111.899	1.395.829
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO		621.737	579.018
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9.3	25.764	62.995
Fornecedores Nacionais		9.850	2.005
Contas a Pagar Credores Nacionais		15.914	60.990
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	9.4	1.498	8.569
Obrig. Fiscais com a União, Est. e Municípios		1.498	8.569
Provisões de Curto Prazo	9.5	200.508	134.686
Outras Provisões a Curto Prazo		200.508	134.686
Demais Obrigações a Curto Prazo		393.967	372.768
Adiantamentos de Clientes	9.6	425	1.046
Juros Sobre o Capital Próprio - JCP a Pagar	9.7	0	1.830
Consignações	9.9	7.444	5.630
Depósitos Juduciais	9.9	37	0
Depósitos e Cauções Recebidos	9.9	6.776	6.729
Indenizações, Restituições e Compensações	9.9	41	39
Diárias a Pagar	9.9	12	15
Entidades Credoras	9.8	368.038	352.800
Entidades Credoras - Est., DF e Municípios	9.9	3.784	3.784
Valores em Trânsito Exigíveis	9.9	12	1
Subvenções a Pagar	9.9	7.398	894
NÃO - CIRCULANTE		47.320	47.320
OBRIGAÇÕES TRAB. PREV. E ASSIST. A PAGAR		1	1
Pessoal a Pagar		1	1
PROVISÕES A LONGO PRAZO	10	46.469	46.469
Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo		46.469	46.469
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		850	850
Depósitos e Cauções Recebidos		722	722
Obrigações com Entidades Federais		128	128
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		409.458	395.993
Capital		302.801	302.801
RESERVAS		93.192	93.192
Reservas de Lucros		93.192	93.192
Resultado do Período		13.465	0
TOTAL		2.274.875	2.508.222

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Até o Segundo Trimestre de 2017 e 2016			
Detalhamento	Nota	Valores em R\$ mil	
		30/06/2017	30/06/2016
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	14.1	428.538	404.104
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS		411.163	390.560
Vendas Estoques Estratégicos		387.754	288.126
Vendas Estoques Reguladores-PGPM		23.409	102.434
RECEITA DE SERVIÇOS		17.375	13.544
Serviços de Armazenagem/Aluguéis		17.375	13.544
(-)DEDUÇÕES DAS REC. DE VENDAS E SERVIÇOS	14.2	44.569	20.196
RECEITA LIQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS		383.969	383.908
(-)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	14.3	362.154	435.264
CMV - Estoques Reguladores - PGPM/MO		362.154	435.264
(-)EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	7.1	(23.767)	(84.943)
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	14.4	45.582	33.587
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	14.5	584.209	594.639
(-)DESPESAS DE PESSOAL		474.540	466.241
Remuneração a Pessoal		249.513	308.491
Sentenças Judiciais		20.690	20.279
Obrigações Patronais		90.292	108.319
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência		12.656	16.087
Benefícios a Pessoal		8.801	7.579
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		92.588	5.486
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS		109.669	128.398
Despesas/Receitas Financeiras		(56)	(86)
Consumo de Materiais		2.152	2.071
Diárias		1.770	1.929
Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Física		1.184	1.070
Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Jurídica		88.156	90.593
Obrigações Tributárias e Contributivas		6.972	24.076
Outras Despesas Operacionais		9.491	8.745
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	14.6	551.769	553.924
Transferências Financeiras, Incorp. e Desincorporações		484.790	482.910
Multas e Juros de Mora		6.564	9.228
Indenizações e Restituições		4.678	26.621
Receitas Diversas		55.737	35.165
RESULTADO OPERACIONAL		13.142	(7.128)
(+) OUTROS RESULTADOS		323	3.560
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS		92	(7)
Alienação de Bens Móveis		92	(7)
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		(248)	(21)
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS		479	3.588
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LU-CRO		13.465	(3.568)
Imposto de Renda a Recolher		0	0
Contribuição Social Sobre o Lucro a Recolher		0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	12	13.465	(3.568)
LUCRO POR AÇÃO		7,24	(1,92)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
Até o 2º Trimestre de 2017 e 2016			
Detalhamento	Nota	VALORES EM R\$ MIL	
		30/06/2017	30/06/2016
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		13.465	(3.568)
Outros Componentes do Resultado Abrangente		0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		13.465	(3.568)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Até o 2º Trimestre de 2017 e 2016

DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$ MIL			
	30/06/2017	%	30/06/2016	%
1.RECEITAS	428.851	79,33	407.659	79,94
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	428.528	79,27	404.100	79,24
1.2 - Outros Resultados	323	0,06	3.559	0,70
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	430.625	79,66	442.159	86,70
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	338.386	62,60	350.321	68,70
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	92.239	17,06	91.838	18,01
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(1.774)	(0,33)	(34.500)	(6,77)
4.RETENÇÕES	9.485	1,75	9.547	1,87
4.1 - Depreciação e Amortização	9.485	1,75	9.547	1,87
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	(11.259)	(2,08)	(44.047)	(8,64)
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊN-CIA	551.825	102,08	554.011	108,64
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	551.825	102,08	554.011	108,64
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	540.566	100,00	509.964	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	540.566	100,00	509.964	100,00
8.1 - Pessoal				
8.1.1 - Pessoal e Encargos	474.540	87,79	466.249	91,43
Total	474.540	87,79	466.249	91,43
8.2 - Tributos				
8.2.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	51.531	9,53	44.268	8,68
Total	51.531	9,53	44.268	8,68
8.3 - Terceiros				
8.3.3 - Juros e Aluguéis	1.030	0,19	3.015	0,59
Total	1.030	0,19	3.015	0,59
8.4 - Próprios				
8.4.5 - Lucros Retidos/Prejuízo do Período	13.465	2,49	(3.568)	(0,70)
Total	13.465	2,49	(3.568)	(0,70)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

2º Trimestre 2017 e 2016

Descrição	Nota	VALORES EM R\$ MIL	
		30/06/2017	30/06/2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado Antes do Imposto de Renda e da CSLL		13.465	(3.568)
Disponibilidades líq. Aplic. nas atividades operacionais		46.089	21.541
Depreciações e Amortizações		9.485	9.548
Alienação de Bens		(79)	16
Doações/Transferências de Bens Patrimoniais		(400)	(6.620)
Redução Valor Recuperável de Investimentos		0	49
Outras Baixas de Bens		(207)	23
Redução em Clientes e Créd. Diversos a Receber		7.231	5.658
Redução nos Créditos Tributários		17.780	35.762
Redução (Aumento) nos Encargos Sociais a Pagar		(2.090)	8.877
Aumento (Redução) em Adiantamentos e Pessoal a Pagar		(15.747)	3.642
Redução nas Despesas Antecipadas		11	19
Aumento nas Operações Especiais e Estoques		43.139	116.811
Redução nas Consignações e Fornecedores		(35.418)	(16.992)
Aumento nos Depósitos e Cauções		47	4.638
Aumento nas Provisões		65.822	0
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(7.397)	(4.712)
Aumento (Redução) nas Entidades Credoras		15.238	(123.828)
Redução nos Adiantamentos de Clientes		(621)	(12.334)
Aumento (Redução) nos Recursos Vinculados		(57.209)	2.140
Aumento (Redução) nas Subvenções a Pagar		6.504	(1.156)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	13.1	59.554	17.973
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aplicações no Imobilizado e Intangível		(3.250)	(6.453)
Recebimentos por Vendas de Ativo Permanente		86	1
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	13.2	(3.164)	(6.452)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Juros Sobre Capital Próprio Pagos		(1.830)	0
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO		54.560	11.521
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	13.3	54.560	11.521
No Início do Exercício		130.700	166.337
No Final do Exercício		185.260	177.858

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Até o 2º Trimestre de 2017 e 2016

Discriminação	Reserva de lucros (em R\$ mil)				
	Capital social realizado	Reserva legal	Reservas de retenção do lucro	Lucros e prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2016	302.801	18.812	68.526	0,00	390.139
RESULTADO DO PERÍODO				(3.568)	(3.568)
Saldo em 30 de junho de 2016	302.801	18.812	68.526	(3.568)	386.571
Discriminação	Reserva de lucros (em R\$ mil)				
	Capital social realizado	Reserva legal	Reservas de retenção do lucro	Lucros e prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2017	302.801	19.196	73.996	0,00	395.993
RESULTADO DO PERÍODO				13.465	13.465
Saldo em 30 de junho de 2017	302.801	19.196	73.996	13.465	409.458

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
Até o 2º Trimestre/2017			
Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	12	Resultado Líquido do Exercício
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	13	Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC
03	Alterações na Legislação Societária	14	Demonstração do Resultado do Exercício – DRE
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	15	Demonstração do Valor Adicionado – DVA
05	Créditos a Curto Prazo	16	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL
06	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	17	Demonstração do Resultado Abrangente - DRA
07	Estoques	18	Diversos Responsáveis em Apuração
08	Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo	19	Benefícios Concedidos aos Empregados
09	Endividamento	20	Remuneração dos Dirigentes e Empregados
10	Provisões a Longo Prazo	21	Termos de Execução Descentralizada - TED
11	Patrimônio Líquido		
Nota 1 - Contexto Operacional			
A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).			
Sua missão institucional é a de “promover a garantia de renda ao produtor rural, a segurança alimentar e nutricional e a regularidade do abastecimento, gerando inteligência para a agropecuária e participação da formulação e execução das políticas públicas”.			
Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 27 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 92 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.			
Nota 2 - Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras			
As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Lei 13.303, de 30/06/2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27/12/2016.			
A partir do exercício financeiro de 2015, foi implantado o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, adequando os dispositivos legais vigentes, às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, e aos Padrões Internacionais de Contabilidade do Setor Público, com o objetivo de uniformizar as práticas contábeis, com a utilização de contas padronizadas, e com isso proporcionar maior transparência sobre as contas públicas.			
A Conab, como entidade da Administração Pública Federal, integrante do Balanço Geral da União por utilizar o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, na modalidade total, teve as demonstrações financeiras adaptadas ao novo Plano.			
Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações nos valores reais			
Nota 3 - Alterações na Legislação Societária			
As Leis n.º 11.638/07, 11.941/09 e 13.303/16, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/16, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “Internacional Accounting Standards Board (IASB)”.			
Nota 4 - Resumo das Principais Práticas Contábeis			
Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:			
4.1 Caixa e Equivalente de Caixa: Refere-se ao limite de saque da Conta Única, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira, para pagamentos em 2017, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio, aquisições, manutenção dos estoques, subvenção, Termos de Execução Descentralizada e outros, e também aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em fundos extramercado.			
4.2 Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.			
4.3 Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos, são executadas mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/ MAPA nº 38, de 09/03/2004.			
4.3.1 Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.			
4.3.2 Valor Presente dos Estoques: Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados com a tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de junho de 2017, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.			
4.4. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos. Estão provisionados no passivo circulante na conta denominada “Operações Especiais”.			
4.5 Almoxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.			
4.6 Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos até 31/12/1995, das atualizações mone-			
tárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.			
Encontra-se provisionado o valor de R\$7.812 mil (R\$7.812 mil, em 31 de dezembro de 2016), destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.			
4.7 Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).			
4.8 Imobilizado: Está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando as seguintes taxas anuais: mobiliário em geral – 10%, equipamentos de informática e veículos – 20%, edificações – 4%, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa SRF nº 162/98.			
4.9 Redução ao Valor Recuperável de Ativos: Considerando que os valores dos ativos encontram-se registrados a custos inferiores aos de mercado, no segundo trimestre de 2017, não foram efetuados registros de valores de aumento ou diminuição, decorrente de ajuste patrimonial.			
4.10 Reconhecimento da Receita:			
4.10.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.			
As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços.			
Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.			
4.11 Provisões Passivas: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, até 30 de junho de 2017, o valor de R\$200.508 mil e refere-se a processos judiciais, trabalhista e cível, consideradas como sendo de futuro desembolso da Companhia, conforme relatório elaborado pela Procuradoria Geral – PROGE, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM Nº 594, de 15/09/2009, normatizado no CFC, pela 2014 NBC TG 25(R1).			
O saldo existente é composto pelas Provisões Trabalhistas e Cíveis, que agregado aos Depósitos Vinculados, serão suficientes para cobrir as prováveis Liquidações de Sentenças, a serem pagas em 2018.			
Encontra-se também, provisionado no Passivo Não Circulante, o valor de R\$46.469 mil, para cobrir prováveis desembolsos com processos fiscais.			
4.12 Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IRPJ e CSLL, a Companhia adota o regime de lucro real anual, em que as apurações são efetuadas mensalmente, por estimativa, conforme parágrafo 4º, art. 31 da IN/RFB 1.700/17. Esse regime permite a apuração dos tributos devidos, com base em balancetes de suspensão ou redução (art. 47 e 50 da IN/RFB 1.700/17).			
Nota 5 - Créditos a Curto Prazo			
5.1 Clientes: O saldo da conta até 30 de junho de 2017, está representado pelo montante de R\$12.702 mil (R\$10.446 mil, em 31 de dezembro de 2016), correspondente aos direitos a receber, decorrentes de prestação de serviços de armazenagem, aluguéis e outros.			

Nota 6 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

O total de R\$262.172 mil, até 30 de junho de 2017 (R\$271.863 mil, em 31 de dezembro de 2016), representa os Adiantamentos Concedidos, Tributos a Recuperar/Compensar e Outros Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo.

6.1 Adiantamentos Concedidos:

O total de R\$31.150 mil, até 30 de junho de 2017 (R\$18.899 mil, em 31 de dezembro de 2016), corresponde aos adiantamentos de férias, décimo terceiro salário, suprimento de fundos, para viagens e, também, ao Banco do Brasil S/A, referente ao contrato número 30/2013, com a finalidade de realizar construções e reformas em armazéns, conforme quadro a seguir:

Tabela 1 - Adiantamentos Concedidos - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre/2017	
	Até Junho/2017	Dezembro/2016
Adiantamentos a Pessoal	20.456	8.707
Adiantamentos a Unidades e Entidades	10.694	10.192
Total	31.150	18.899

Fonte: Conab.

6.2. Tributos a Recuperar/Compensar

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Tabela 2 - Tributos a Recuperar/Compensar - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre/2017	
	Até Junho/2017	Dezembro/2016
ICMS a Compensar	169.019	188.568
IR e CSLL a Compensar/Recuperar	2.151	35
Contribuições e Outros Impostos	6	26
Total de Créditos Tributários Circulante	171.176	188.629

Fonte: Conab.

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar, representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

6.3 Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo:

O total de R\$59.725 mil, até 30 de junho de 2017 (R\$64.335 mil, em 31 de dezembro de 2016), é composto pelos valores citados no quadro abaixo, com maior relevância para os Créditos por Acertos Financeiros com Servidores e Ex-Servidores, relativos à participação dos empregados, a serem reembolsados à Companhia, referente a utilização do Serviço de Assistência à Saúde – SAS, Créditos a Receber por Alienação de Bens, Créditos por Infrações Legal/Contratual, de processos de perdas de produtos, ajuizados e Outros.

Tabela 3 - Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Em R\$ mil

Descrição	Até o 2º Trimestre/2017	
	Até Junho/2017	Dezembro/2016
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações	26.913	24.350
Créditos a Rec. por Cessão de Pessoal	178	235
Créd.a Rec. por Alienação de Bens Mov/Imóveis	6.224	12.287
Créditos p/Acerto Financ. c/Serv. e Ex-Servidores	24.571	26.353

Continua

Descrição	Até o 2º Trimestre/2017	
	Até Junho/2017	Dezembro/2016
Recursos da União	886	0
Créditos Parcelados	857	1.108
Outros Créd. a Rec. e Valores a Curto Prazo	96	2
Total	59.725	64.335

Fonte: Conab.

Nota 7 - Estoques

O total de R\$804.372 mil, até 30 de junho de 2017 (R\$1.131.441 mil, em 31 de dezembro de 2016), corresponde aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, Produtos da Agricultura Familiar – PAA, adquiridos via Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF, Compra com Doação Simultânea – CDS, CPR Estoque e Aquisição de Sementes e apresentam a seguinte composição:

Tabela 4 – Estoques - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre/2017	
	Até Junho/2017	Dezembro/2016
Estoques de Mercadorias	559.857	816.988
Materiais em Trânsito	9.784	200
Almoxarifado e Estoques para Distribuição	1.662	1.900
Compra Antecipada - CPR	233.069	312.353
Total	804.372	1.131.441

Fonte: Conab.

O total de R\$233.069 mil, até 30 de junho de 2017 (R\$312.353 mil, em 31 de dezembro de 2016), representa o saldo a receber dos valores concedidos às associações e cooperativas da Agricultura Familiar, nos exercícios anteriores e até junho de 2017, nas modalidades Compra Antecipada da Agricultura Familiar – CAAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR Estoque e Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, que serão quitados em espécie e, eventualmente, em produtos. Relativamente às cédulas adquiridas na modalidade “Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar”, a liquidação somente se dará de forma financeira, cujos valores estão provisionados no passivo circulante, na conta: Entidades Credoras (Vide item 9.8).

7.1 Equalização de Preços

Até o 2º trimestre de 2017, o total da Equalização de Preços alcançou o montante de R\$23.767 mil (R\$84.943 mil, até o 2º trimestre de 2016). O total das vendas ocorridas até o 2º trimestre de 2017, foi de R\$411.163 mil (R\$ 390.560 mil, até o 2º trimestre/2016). A redução da equalização no período comentado, se deu em função da venda de alguns produtos com resultados superavitários (café e outros), enquanto que até o 2º trimestre/2016, os registros da Equalização de Preços foram resultantes das vendas de produtos com resultados deficitários.

A finalidade da atividade de formação de estoques públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento. Portanto, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização de preços para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo. Isso ocorre, quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo também as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento resultar em déficit, este valor é autorizado pelo Tesouro Nacional, a ser amortizado por meio de lançamento contábil, na conta de operações especiais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura desse déficit. Os recursos financeiros obtidos na venda e recebimentos de indenizações de perdas dos estoques públicos são integralmente repassados ao Tesouro Nacional.

Os recursos financeiros obtidos na venda e recebimentos de indenizações de perdas dos estoques públicos são integralmente repassados ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal da Transparência do Governo Federal.

Nota 8 - Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

8.1 Clientes

Até 30 de junho/2017, o saldo da conta é de R\$2.300 mil (R\$2.298 mil, até 31 de dezembro de 2016), correspondente aos direitos a receber, decorrentes de prestação de serviços e apresenta a seguinte composição:

Tabela 5 – Clientes - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre/2017	
	Até Junho/2017	Dezembro/2016
Clientes	2.300	2.298
Total	2.300	2.298

Fonte: Conab.

8.2. Demais Créditos e Valores a Receber a Longo Prazo

O saldo de R\$728.745 mil, até 30 de junho/2017 (R\$676.505 mil, até 31 de dezembro de 2016), está composto pelos valores citados no quadro a seguir:

Tabela 6 – Créditos e Valores a Receber a Longo Prazo - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre/2017	
	Até Junho/2017	Dezembro/2016
Adiantamentos Conc. a Pessoal e a Terceiros	2	6
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	187.423	130.178
Créditos por Alienação de Bens	50.420	44.820
Créd. a Rec. por Ac. Fin. c/Serv. e Ex-Servidores	565	588
Outros Créditos	66	66
Duplicatas e Títulos em Contencioso	155	155
Créditos Parcelados	9.016	6.719
Créditos a Receber em Poder da Justiça	840	840
Títulos a Receber	228	228
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	476.541	489.411
Créditos por Infração Legal Contratual	3.489	3.494
Total	728.745	676.505

Fonte: Conab.

Os depósitos restituíveis e valores vinculados, referem-se a depósitos/cauções, depósitos judiciais, depósitos para interposição de recursos e valores apreendidos por decisão judicial, sendo que a variação significativa no grupo Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, foi em função da atualização dos depósitos, registrada no mês de junho de 2017, relativos aos processos da empresas Renascença Armazéns Gerais Ltda e SPAM Representações Ltda, conforme extrato da conta vinculada, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

Os depósitos restituíveis e os créditos a receber pendentes de decisão judicial, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos dos processos, favoráveis à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004, em face dos seus provisionamentos no passivo, à conta: Operações Especiais.

8.3. Demais Propriedades para Investimento

Até 30 de junho de 2017 o saldo da conta é zero (R\$4.605 mil em 31 de dezembro de 2016). No mês de fevereiro/2017, após análise da situação dos bens, os valores foram transferidos para o grupo Imobilizado – Bens em Poder de Outra Unidade ou Terceiros e referem-se a imóveis cedidos em comodato e outros.

Nota 9 - Endividamento

Até 30 de junho de 2017, as obrigações do circulante, totalizaram o montante de R\$1.818.097 mil (R\$2.064.909 mil, até 31 de dezembro de 2016), com a seguinte composição:

9.1. Obrigações Trabalhistas Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

O total de R\$84.461 mil, até 30 de junho de 2017 (R\$90.062 mil, em 31 de dezembro de 2016), refere-se na quase totalidade, aos valores das apropriações mensais por competência, para pagamento de férias, décimo terceiro salário e respectivos encargos sociais.

9.2. Operações Especiais

O total de R\$1.111.899 mil, até 30 de junho de 2017 (R\$1.395.829 mil, em 31 de dezembro de 2016), refere-se aos registros dos diferimentos das receitas, relativas aos repasses de recursos, efetuados pelo Tesouro Nacional, para aquisição, manutenção e formação dos estoques públicos, vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04, os quais serão retornados ao Tesouro Nacional pela realização dos estoques, em atendimento a cronograma estabelecido pelo próprio Tesouro Nacional e recuperação dos créditos, logo após o desfecho do processo judiciais, favoráveis à Companhia.

9.3 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

O total de R\$25.764 mil, até 30 de junho de 2017 (R\$62.995 mil, em 31 de dezembro de 2016), refere-se a liquidação de despesas com fornecedores, relativas a aquisição, manutenção dos estoques públicos, subvenção e outros, incluindo as aquisições de produtos da Agricultura Familiar, que serão pagos com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional.

9.4 – Obrigações Fiscais a Curto Prazo

O total de R\$1.498 mil, até 30 de junho de 2017 (R\$8.569 mil, em 31 de dezembro de 2016), refere-se às Obrigações Fiscais com a União, Estados e Municípios, demonstradas a seguir:

Tabela 7 – Impostos e contribuições - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre/2017	
	Até Junho/2017	Dezembro/2016
IRPJ E CSLL a Recolher	0,00	7.433
Outros Impostos e Contribuições	1.498	1.136
Total	1.498	8.569

Fonte: Conab.

9.5. Provisões

O total de R\$200.508 mil, até 30 de junho de 2017 (R\$134.686 mil até 31 de dezembro de 2016), representa os valores provisionados como contingências prováveis para cobrir as liquidações de sentenças (Ações Trabalhistas R\$134.686 mil e Ações Cíveis R\$65.822 mil). A variação significativa ocorrida no 2º trimestre de 2017, foi em decorrência dos registros das provisões cíveis, relativas aos processos das empresas Renascença Armazéns Gerais Ltda e SPAM Representações Ltda, (Vide Nota 4.11).

9.6. Adiantamentos a clientes

O total de R\$425 mil, até 30 de junho de 2017 (R\$1.046 mil até dezembro/2016), refere-se aos valores recebidos antecipadamente de clientes, decorrentes de vendas de produtos, para entregas futura.

9.7. Juros Sobre o Capital Próprio – JCP a Pagar

No mês de maio/2017, após correção pela taxa Selic, foi recolhido ao Tesouro Nacional, o total de 1.904 mil (R\$1.830 mil em 31 de dezembro de 2016), conforme planilha elaborada pelo Núcleo Central de Controle - Nucon/Copar/STN.

9.8. Entidades Credoras

O total de R\$ 368.038 mil, até 30 de junho de 2017 (R\$352.800 mil, em 31 de dezembro de 2016), registrado em Entidades Credoras, contempla o diferimento dos repasses de recursos, efetuados pelo Tesouro Nacional, para aquisições de Cédula do Produtor Rural – CPR – Alimento e Compra Antecipada – Entrega Futura, Estoques e Outros Créditos a Receber.

9.9 – Outras Obrigações

O total de R\$25.504 mil, até 30 de junho de 2017 (R\$17.092 mil, em 31 de dezembro de 2016), refere-se a obrigações com consignações, impostos e contribuições a recolher, depósitos e cauções e outras, demonstradas no quadro a seguir:

Tabela 9 – Demais Obrigações Fiscais com a União Estados e Municípios – em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre/2017	
	Até Junho/2017	Dezembro/2016
Consignações	7.444	5.630
Depósitos Judiciais	37	0
Depósitos e Cauções Recebidos	6.776	6.729
Indenizações, Restituições e Compensações	41	39
Diárias a Pagar	12	15
Entidades Credoras – Estados, D.F. e Municípios	3.784	3.784
Valores em Trânsito Exigíveis	12	1
Subvenções a Pagar	7.398	894
Total	25.504	17.092

Fonte: Conab.

Nota 10 - Provisões a longo prazo

O total de R\$46.469 mil, até 30 de junho de 2017, representa os valores provisionados para cobrir prováveis pagamentos de débitos fiscais, referente a ICMS da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, nos Estados de Mato Grosso e São Paulo (Vide Nota 4.11).

Nota 11 - Patrimônio Líquido

11.1 - Capital Social

O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

Nota 12 - Resultado líquido do exercício

O resultado do balanço é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações das atividades próprias da companhia, representadas com maior relevância as receitas de prestação de serviços de armazenagem e aluguéis, receitas recebidas para gestão dos estoques públicos e outras, em contrapartida as despesas de depreciação, despesas executadas na fonte própria, despesas de provisões de férias e encargos sociais e outras, que também sensibilizaram o resultado do 2º trimestre/2017. No 2º trimestre/2017 a Companhia apurou o resultado líquido de R\$13.465 mil (R\$3.568 mil, negativo no 2º trimestre de 2016).

Nota 13 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC:

De acordo com a Lei 11.638/2007 e 2016NBCTG03(R3), a Conab apresenta a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, pelo método indireto.

13.1 - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Até 30 de junho de 2017, o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, apresenta saldo de R\$59.554 mil (R\$17.973 mil, até 30 de junho de 2016), referente aos resultados das variações apresentadas até o 2º trimestre de 2017 - 2016, das principais atividades da Conab.

13.2 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Até 30 de junho de 2017, o valor de R\$3.164 mil (R\$6.452 mil até 30 de junho de 2016), representam aplicações no imobilizado e intangível.

13.3 - Variação nas Disponibilidades

O valor de R\$54.560 mil, até 30 de junho de 2017 (R\$11.521 mil, até 30 de junho de 2016), referem-se às variações das aplicações financeiras de curto prazo, em fundos extramercado, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos e a disponibilidade da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, representado por recursos próprios da Conab e recursos de terceiros para execução de Termos de Execução Descentralizada –TED, destinados à aquisição de produtos, para formação dos estoques públicos.

Nota 14 - Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

14.1 – Receita de Vendas e Serviços

As receitas de vendas e serviços são oriundas das vendas dos estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, dos estoques Mercado de Opção – MO, das receitas com armazenagem de produtos de terceiros e outras e estão assim demonstradas:

Tabela 10 – Receita de Vendas e Serviços - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até Junho/2017	Até junho/2016
Vendas Estoques Estratégicos	387.754	288.126
Vendas Estoques Reguladores – PGPM	23.409	102.434
Serviços de Armazenagem e Outros	17.375	13.544
Total	428.538	404.104

Fonte: Conab.

14.2 – Deduções das Receitas de Vendas e Serviços

Estão representadas pelos impostos legais ICMS, COFINS, PASEP e ISS e Descontos Concedidos, incidentes sobre as vendas de produtos e serviço de armazenagem. Os totais até os 2º trimestres de 2017 e 2016 foram de R\$44.569 mil e R\$20.196 mil, respectivamente.

14.3 – Custo das Mercadorias Vendidas

Representam as baixas dos estoques relativos às mercadorias vendidas, conforme segue:

Tabela 13 – Custo das Mercadorias Vendidas - em R\$mil

Descrição	Até o 2º trimestre	
	Até Junho/2017	Até Junho/2016
CMV Estoques Reguladores - PGPM/MO	362.154	435.264
Total	362.154	435.264

Fonte: Conab.

14.4. Lucro Bruto Operacional

Até o 2º trimestre/2017, o Lucro Bruto Operacional, apresentou o saldo de R\$45.582 mil (R\$33.587 mil, até o 2º trimestre/2016), representado pelo resultado das Receitas de Vendas de Produtos, Receitas de Serviços, menos as Deduções de Receitas de Vendas e Serviços e Custo de Mercadorias Vendidas – CMV, mais a Equalização de Preços (Vide nota 7.1).

14.5. Despesas Operacionais

Compreendem as despesas realizadas com os gastos necessários para manutenção da atividade da Conab, incluindo as despesas com pessoal, comerciais e administrativas, apresentando a seguinte composição:

Tabela 14 – Despesas Operacionais - em R\$mil

Descrição	Até o 2º trimestre	
	Até Junho/2017	Até junho/2016
Despesas de Pessoal	474.540	466.241
Despesas Comerciais e Administrativas	109.669	128.398
Total	584.209	594.639

Fonte: Conab.

14.6. Receitas Operacionais Diversas

Esse grupo representa as receitas decorrentes das operações normais da Conab, com destaque para as transferências financeiras realizadas pelo Tesouro Nacional, para cobrir gastos com pessoal, manutenção e formação dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM e dos estoques Estratégicos, bem como repasses do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, para a execução dos Termos de Execução Descentralizada – TED, conforme segue:

Tabela 15 – Receitas Operacionais Diversas - em R\$mil

Descrição	Até o 2º Trimestre	
	Até Junho/2017	Até Junho/2016
Receitas Operacionais Diversas	551.769	553.924
Total	551.769	553.924

Fonte: Conab.

Nota 15 - Demonstração do valor adicionado – DVA

Essa demonstração foi elaborada de acordo com a 2008NBC-TG09, e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. A primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, demonstrada nos seguintes itens:

a) Receitas – receita bruta das vendas de mercadorias, produtos e serviços incluindo os tributos incidentes sobre elas e outros resultados.

b) Insumos Adquiridos de Terceiros – custos das mercadorias e serviços vendidos, incluindo os tributos incidentes sobre as aquisições de materiais, energia, serviços de terceiros e outros, depreciação e amortização.

A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza, com gastos de pessoal e encargos, impostos, taxas e contribuições, juros, aluguéis e lucros retidos/prejuízo do exercício

Nota 16 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, foi elaborada seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) e demonstra as ocorrências no exercício/2016, acrescidas das modificações até 2º trimestre/2017, em todas as contas que compõem o grupo do Patrimônio Líquido.

Nota 17 - Demonstração do resultado abrangente

A Demonstração do Resultado Abrangente – DRA, foi elaborada seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) item 14 e não apresentou registros que se enquadrem como Outros Componentes do Resultado Abrangente.

Nota 18 - Diversos responsáveis em apuração

Encontram-se registrados no grupo de contas “Controles Devedores”, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Ter-

ceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem, de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa) e referem-se a perdas de produtos, ocorridas em unidades próprias, relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão, na maioria, nos estados de Mato Grosso, Pará e São Paulo e também, os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade, dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, ocorridas com maior relevância no estado de Goiás. Até o 2º trimestre dos exercícios de 2017 - 2016, a conta 7.9.7.3.1.00.00 – Diversos Responsáveis em Apuração, apresentou os saldos a seguir:

Tabela 16 – Diversos responsáveis em apuração

Exercício	Saldo
Até 2º trimestre 2017	77.756
Até 2º trimestre 2016	74.120

Fonte: Conab.

Nota 19 - Benefícios Concedidos aos Empregados

19.1 Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido - BD. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

Desde 2015, com o processo de saldamento, o Cibrius administra três planos de benefícios: Plano de Benefícios Conab, código CNPB nº 1979000719, Plano de Benefícios Conab Saldado, código CNPB nº 2015001492 e o Plano de Benefícios ConabPrev, código CNPB nº 2015001311.

São patrocinadoras do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, os citados Planos de Benefícios, exceto o Plano Conab Saldado, recebem contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente, é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

Foram aprovados instrumentos regulamentares para implementação do saldamento do Plano de Benefícios Conab, sua Cisão e um Plano saldado e a criação de um novo Plano de Benefícios, na modalidade de Contribuição Definida – BD. Após a aprovação pelas instâncias internas da Conab a Proposta de Saldamento foi submetida e aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, Secretaria de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – SEST e pela Secretaria do Tesouro Nacional STN, sendo encaminhada à Advocacia Geral da União, que solicitou informações complementares, que foram prestadas e, no momento encontra-se no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para os encaminhamentos finais.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais, são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

19.2 Serviço de Assistência à Saúde - SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e pelo Tesouro Nacional, com participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2016/2017, em vigor, mediante desconto em folha de pagamento.

Nota 20 - Remuneração dos Dirigentes e Empregados

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, até o 2º trimestre de 2017 e até dezembro de 2016, as remunerações dos dirigentes e empregados, foram as seguintes:

Tabela 17 – Maior e menor remuneração

Descrição	Exercício	
	Até 2º Trimestre/2017	Dezembro/2016
Maior Remuneração Dirigente	30.355,62	30.355,62
Menor Remuneração Dirigente	30.355,62	30.355,62
Maior Remuneração Empregado	33.763,00	33.763,00
Menor Remuneração Empregado	1.830,84	1.779,37

Fonte: Conab.

Tabela 18 – Salário Médios

Descrição	Exercício	
	Até 2º Trimestre/2017	Dezembro/2016
Dirigentes	30.355,62	30.355,62
Empregados	4.851,18	5.066,32

Fonte: Conab.

Nota 21 - Termos de Execução Descentralizada – TED

21.1. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

A Conab, por força dos “Termos de Execução Descentralizada - TED”, assinado com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA, Secretaria de Política Agrícola - SPA e Agência Nacional de Águas - ANA, recebeu os recursos orçamentários no segundo trimestre de 2017, no valor de R\$7.712 mil (R\$36.259 mil, no segundo trimestre de 2016), que foram destinados às aquisição de produtos e pagamentos de restos a pagar.

Brasília – DF, 30 de junho de 2017

FRANCISCO MARCELO RODRIGUES BEZERRA
Diretor-Presidente

MARCUS LUIS HARTMANN
Diretor-Executivo de Gestão de Pessoas

JORGE LUIZ DE ANDRADE DA SILVA
Diretor-Executivo de Operações e Abastecimento

DANILO BORGES DOS SANTOS
Diretor-Executivo Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

CLEIDE EDVIRGES SANTOS LAIA
Diretora-Executiva de Política Agrícola e Informações

GOIAZIREs DA SILVA BORGES
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC DF 011907/O-8 CPF: 127554271-91

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS		
2º Trimestre/2017		
Aos Administradores da CONAB COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO BRASILIA – DF		
Introdução Revisamos as informações contábeis intermediárias da CONAB COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, correspondentes às Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas. A administração da CONAB é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstrações Intermediárias e das informações contábeis consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão. Alcance da Revisão Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria. Conclusão sobre as informações intermediárias		
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Outros assuntos Demonstrações do Valor Adicionado Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 30 de junho de 2017 preparadas sob a responsabilidade da administração da CONAB, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2016. As demonstrações financeiras da CONAB COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, referentes ao exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação foram auditadas por outros auditores os quais emitiram o relatório datado em 20 de março de 2017 contendo as seguintes ressalvas: 1. Considerando que a contratação da auditoria independente deu-se após a contagem oficial do estoque ao final de 2016 (em final de janeiro de 2017), não houve, portanto, condições de acompanhar a contagem dos estoques da Companhia, que são relevantes e materiais. Por outro lado, considerando também, que os controles são descentralizados e em virtude das longas distâncias entre os vários pontos de armazenagem espalhados por todo o país, não nos foi possível aplicar procedimentos alternativos para validar a contagem dos estoques. Também não evidenciamos procedimentos de acompanhamento de contagem de estoque pela Auditoria Interna da Companhia.		
2. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8.2, em 31 de dezembro de 2.016, a Companhia responde a processos judiciais, e em função disso possui registrado no ativo não circulante Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados no montante de R\$ 130.178 mil referente a depósitos judiciais e recursais. Também está registrado na Conta Créditos a Receber Pendentes de decisão judicial o montante de R\$ 489.411 mil, pertencentes aos estoques públicos, os quais poderão apresentar desfechos favoráveis e desfavoráveis à Companhia. Não foi apresentado Parecer Jurídico da Procuradoria Geral da Companhia, que pudesse evidenciar a evolução de tais depósitos e dos passivos, assim como as medidas de natureza jurídica adotadas. 3. A Companhia não realizou estudo para avaliar a existência de eventual perda por redução ao valor de recuperação do ativo imobilizado (impairment), e apresenta um saldo em 31/12/2016 de R\$ 249.014 mil, e no investimento o valor de R\$ 34.182 mil. Devido ao exposto, a Administração da Companhia não dispõe de elementos que nos possibilitem avaliar se os referidos ativos serão recuperados em sua totalidade pela geração de resultados futuros. 4. A Conab é patrocinadora de uma Entidade Fechada de Previdência Privada, denominada Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS. Conforme Nota Explicativa nº 21.1, a Conab possui dívida contratada com o CIBRIUS, referente ao saldamento do plano de seguridade da Companhia. A CIBRIUS nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2015 contabilizou uma provisão a receber da Conab um montante de R\$ 695.142 mil. E tal contingência não foi provisionada nas Demonstrações Contábeis da Conab. 5. Com base nas informações fornecidas pela administração da Conab e o descrito na nota explicativa nº 13, não foi possível evidenciar a base de mensuração das Contingências Passivas no montante de R\$ 181.155 mil permanecendo inalterada a provisão em 31/12/2015. A administração do Conab não apresentou relatório e/ou parecer da Procuradoria Geral da Companhia com a evolução de cada processo que pudesse evidenciar as contingências judiciais consideradas de perdas prováveis, possíveis e remotas, impossibilitando a avaliação da adequação dessas contingências e seus eventuais efeitos, constituindo-se em limitação de nossos exames.		
Brasília - DF, 28 de fevereiro de 2018.		
TECNOAUD AUDITORES INDEPENDENTES S/S CRC 2SP016646/0-4 - DF		
José Ribamar Tavares Torres da Silva CRC 1SP 127013/O-4 – DF		